

PARTE I

MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Handwritten signature or mark

INDICE

1. INTRODUÇÃO
2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM CABO VERDE
3. A IMPROPRIA UTILIZAÇÃO DE ALGUNS FACTORES :
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS
4. LINHAS DE POLITICA E ESTRATEGIA
5. OBJECTIVOS OPERACIONAIS

1. INTRODUCAO

O meio ambiente pode ser definido como sendo o ambiente onde vivemos e desenvolvimento como sendo tudo o que fazemos para melhorar as condições de vida dentro daquela nossa casa. A melhoria destas condições de vida implica transformações nos factores do meio ambiente transformações essas que visam no geral e principalmente o aumento da produção de alimentos para satisfação das necessidades básicas de uma população que cresce continuamente, a criação de alojamento para essa mesma população e o estabelecimento de unidades industriais de vários tipos e a vários níveis visando a melhoria das condições de vida.

Estas transformações devem visar uma cooperação estreita entre o homem e os factores do meio, evitando agressões cujas consequências são por vezes irreparáveis. Sob este ponto de vista surge o conceito de desenvolvimento sustentável como forma de preservar/garantir o futuro. Este conceito impõe certos limites na utilização dos recursos de forma a criar uma harmonia entre o crescimento populacional e o potencial produtivo do ecossistema. O desenvolvimento sustentável não é um sistema fixo mas sim um processo evolutivo onde a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento e as modificações institucionais sejam consistentes com as necessidades que evoluem ao longo do tempo e com o estado da arte do desenvolvimento científico e tecnológico.

2. CARACTERIZACAO DO MEIO AMBIENTE EM CABO VERDE

Cabo Verde situa-se no prolongamento de uma vasta zona semi-árida e árida que atravessa o Continente Africano desde o Mar Vermelho até ao Atlântico sendo consequentemente parte integrante do SAHEL. No estado actual dos conhecimentos não dispõe de recursos minerais exploráveis, nomeadamente os clássicos.

2.1. Factores Naturais

2.1.1. Clima e Principais Factores Climaticos

No geral as ilhas são caracterizadas por um clima tropical árido e semi-árido, temperado pela acção moderadora do oceano. Há microclimas que se desenvolvem de acordo com o relevo e a exposição aos ventos alísios.

Nas ilhas montanhosas, entre as altitudes de 600 e 1700 metros, há nevoeiros com carácter permanente.

A precipitação, sendo condicionada pelas oscilações da Frente Inter-Tropical, é caracterizada por fortes variações inter-anuais e valores altos da quantidade de precipitação (há registos de 600 mm da quantidade de precipitação em 8 horas e de 534.5 mm em 24 horas).

A pluviometria é bastante influenciada pelo relevo o que explica a grande diferença de valores entre as ilhas de baixo relevo e as de relevo acentuado.

A estação das chuvas vai de Julho a Outubro com uma concentração em Agosto e Setembro enquanto que a seca vai de Dezembro a Junho. Os meses de Junho e Novembro são de transição. Não é raro o aproveitamento de uma pequena estação das chuvas em Janeiro e Fevereiro com um valor de quantidade de precipitação que excepcionalmente excede os 50 mm.

Como regra geral, tem-se verificado uma baixa no valor médio anual da quantidade de precipitação. O quadro a seguir permite-nos ter uma ideia da diminuição dos valores da quantidade de precipitação nos últimos anos:

Ilha	Estação	1950-1967	1968-1985
Fogo	Feijoal-Mosteiro	737	298,2
	Monte-Velha	1630	652,8
Santiago	Praia-Aeroporto	270,9	130,2
	S.Jorge Orgãos	793,5	326,3
	Tarrafal	292,2	155,0
S.Vicente	Mindelo	140,7	47,9
S.Antão	Passagem	746,5	332,8
Sal	Aeroporto	100,1	53,2
S.Nicolau	Praia Branca	315,6	137,4

No entanto, procedendo-se a uma análise das quantidades de precipitação por décadas constata-se uma tendência para a melhoria na década 80-90.

Os valores da temperatura média anual oscilam entre 20.2 °C e 27.1 °C sendo o valor máximo registado de 38 °C e mínimo de 4.5 °C a 1300 metros de altitude. O valor médio anual é fortemente influenciado pela altitude, o mesmo acontecendo com o valor mínimo.

2.1.2. Recursos Hidricos

2.1.2.1. Superficiais

Sendo a pluviometria caracterizada como se disse por intensidades pluviométricas bastante elevadas, constata-se que o escoamento superficial é bastante grande, o que é agravado ainda pela presença de relevo pronunciado. A realização de trabalhos de correcção torrencial e os de reflorestação, principalmente das zonas húmidas de altitudes, tem contribuído para a redução deste escoamento que nalguns casos passou a 40% do valor inicial, o que contribuiu bastante para a recarga dos aquíferos. No entanto, é importante referir que não é impossível anular o escoamento superficial, o que indica que a retenção destas águas através de construção de barragens pode constituir um recurso importante para a rega de alguns solos.

A título de exemplo, indicamos que estudos hidrológicos realizados com os dados disponíveis para a Bacia Hidrográfica da Ribeira Seca nos anos 80 permitiram concluir que através da construção de uma barragem, na localidade de Poilão, com 40 metros de altura e cerca de 100 metros de coroamento é possível armazenar um máximo de três milhões de metros cúbicos de água.

Estudos para a construção de barragens de menores capacidade encontram-se disponíveis no MPAR.

2.1.2.2. Subterraneos

Os dados disponíveis sobre as potencialidades dos recursos hídricos subterrâneos são no geral baseados em estimativas. O Esquema Director de Valorização dos Recursos em Agua, trabalho em curso no Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, sem dúvida que fornecerá dados precisos.

O nível do conhecimento actual estima os recursos

posterior impermeabilização de áreas diversas que funcionam como ponto de concentração de caudais do escoamento superficial.

Para além das características da precipitação e a natureza do relevo, o processo de desarborização verificado ao longo de séculos, com vista ao aproveitamento do solo para exploração agrícola e/ou procura de combustível lenhoso, contribuiu também para que a erosão se implantasse com o seu poderoso efeito na destruição da capacidade produtiva dos solos.

A estes aspectos juntam-se ainda as secas cíclicas que desde sempre afectaram as ilhas, a elevada pressão demográfica, e a ausência de apoio de vária ordem aos utilizadores da terra, que, globalmente, fizeram com que a exploração agrícola das ilhas não se processasse da forma mais racional de modo a garantir, embora pequena, uma produção agrícola estável.

Nos centros urbanos secundários ou mesmo nalguns centros principais, assistiu-se e assiste-se ainda a ocupação de solos que poderiam ser utilizados para a produção agrícola com o desenvolvimento urbanístico.

4. LINHAS DE POLITICA E ESTRATEGIA

As linhas de politica referentes à utilização dos recursos do meio visando um desenvolvimento sustentável baseam-se nos seguintes princípios:

- O crescimento populacional deve estar de acordo com a capacidade do meio;
- O desenvolvimento sustentável deve ser concebido a nível multinacional onde enfase especial deve ser dado aos aspectos do desenvolvimento regional e com uma mais franca e proficua cooperação entre os países industrializados e os em via de desenvolvimento;
- O desenvolvimento sustentável deve ser apoiado por medidas institucionais que impeçam a fragmentação dos centros de decisão ou fornecedores de informação para a definição de politicas e meios para a sua implementação e controlo;

- O desenvolvimento sustentável não é possível sem uma participação activa das populações em todas as fases da concepção e implementação de programas e projectos.

A colonização das ilhas do arquipélago processou-se com a concessão de terras aos grandes senhores da Coroa que outrora alternativa não tiveram que a utilização da mão de obra escrava para a exploração agrícola. Assim nasceram os morgadios.

Com a libertação oficial e/ou oficiosa dos escravos, outro meio de vida não lhes restava que a exploração das terras para a produção de alimentos. Logicamente que ocuparam as terras devolutas que sem dúvida eram as menos propícias.

Para além disso, sendo originários de regiões com condições ecológicas diferentes, foram conduzidos a celebrar a sua liberdade a utilizar culturas e técnicas culturais das suas zonas de origem e que não eram as mais aconselhadas para as zonas que ocupavam. O crescimento populacional veio agravar ainda mais a situação.

Assim, podemos concluir que a exploração da capacidade dos recursos naturais se fez de forma não coordenada e sem ter em conta as condições do meio.

A situação herdada na altura da independência do país não permitiu a definição de políticas detalhadas conducentes a uma melhor gestão da utilização dos recursos do meio na medida em que se impunha a realização imediata de actividade visando corrigir os erros mais saliente e a motivar a população a um sistema diferente de trabalho em relação ao " sistema de apoio" adaptados nos últimos anos da vigência colonial.

Os resultados obtidos com a experiência realizada impõem que se tente definir as políticas, estratégias e programas a longo prazo visando uma mais racional utilização dos recursos disponíveis com vista a um desenvolvimento sustentável.

4.1. Medidas de Política

O Programa do Governo considera as seguintes medidas gerais de política para a gestão dos recursos do meio:

- Promoção do desenvolvimento sócio-económico harmónico e equilibrado das regiões, primando para que cada parcela do território nacional tire maior partido da respectiva vocação, potencialidades e recursos e o favorecimento da melhoria da qualidade de vida das populações;
- Criação e/ou designação de uma instituição nacional responsável pela política ecológica e ambiental com capacidade, competência, e autoridade para congregar os esforços, sugerir normas e regulamentos, e fiscalizar a actividade dos agentes públicos e privados intervenientes, directa ou indirectamente no espaço nacional, apoiados em sistemas adequados de informação;
- Integração dos problemas do meio ambiente nas orientações sectoriais nomeadamente no que diz respeito ao estudo, elaboração, e execução de projectos;
- Sensibilização e responsabilização das vontades colectivas e individuais na valorização e salvaguarda do património natural e do ambiente construído, através do esforço do papel das comunidades locais, da elevação da consciência e educação ambientais do público, do aumento da participação das organizações não governamentais e do alargamento da participação da mulher na gestão dos recursos naturais;
- Cooperação internacional na procura concertada de soluções a escala regional e continental, e meios para operacionalização dos programas e/ou projectos.

4.2. Estratégias

1. Inventariação e caracterização dos factores do meio, identificação das suas potencialidades, limitações e estabelecimento das suas tendências evolutivas no tempo e no espaço;
2. Identificação das causas da degradação dos recursos, níveis de degradação e elaboração de directrizes para recuperação dos potenciais degradados e

estabelecimento das relações entre níveis de degradação e a produtividade dos recursos;

3. Estimular a iniciativa e o empenho individual e colectivo, libertando o Estado do papel motor que vinha assumindo nos aspectos do desenvolvimento, reforçando as competências do poder local no processo de Planeamento e Desenvolvimento Regional;
4. Sensibilização das populações, através do binómio formação/informação para a problemática do meio ambiente especialmente no que se refere aos aspectos de conservação dos recursos e gestão do espaço;
5. Incentivar a implementação de actividades que visem reforçar as condições de saúde pública, higiene e bem-estar dos indivíduos tanto a nível do meio rural como do meio urbano, como também das zonas de turismo e de recreio.

5. OBJECTIVOS OPERACIONAIS

5.1. Recursos Hidricos

- a) Avaliar os potenciais hídricos subterrâneos e superficiais;
- b) Avaliar a contribuição que a condensação dos nevoeiros pode trazer à resolução do problema da escassez de água nalguns locais. Implementar acções com vista à captação dos potenciais disponíveis;
- c) Implementar estudos e/ou acções referentes à utilização da água de outras origens, que não as referidas, para fins apropriados (dessalinização a vários níveis, reciclagem da água de esgotos, etc.)
- d) Promover a implementação de actividades que visem a recarga dos lençóis subterrâneos e o armazenamento das águas de escoamento superficial tendo sempre em mente os aspectos relacionados com a salubridade;
- e) Elaborar normas para gestão integrada de todos os recursos hídricos disponíveis.

5.2. Recursos em Solo

- a) Inventariação dos recursos disponíveis com a definição qualitativa e quantitativa das suas potencialidades e limitações, nível de degradação e

capacidade de uso;

- b) Promover uma legislação relativa à utilização dos vários tipos de solos com a indicação das normas específicas de conservação que devem ser adoptados em cada caso;
- c) Identificar o impacto que as normas de conservação em uso têm sobre a recuperação do potencial produtivo dos solos;
- d) Definir as zonas de conservação, de protecção e de utilização restrita;
- e) Reconverter os tradicionais meios de cultivo, principalmente os de sequeiro, com vista a uma melhor gestão deste recurso e introduzir novas técnicas e tecnologias visando a economia da água e um aumento da produtividade do solo, mão de obra, e dos factores de produção.

5.3. Diversidade Biologica

- a) Aprofundar o conhecimento da flora natural de Cabo Verde;
- b) Criar as normas visando a exploração das áreas reflorestadas;
- c) Incrementar a reflorestação de novas áreas num total de cerca de 20.000 ha;
- d) Introduzir novas espécies capazes de se adaptarem às diversas condições ecológicas;
- e) Promover a criação de parques, reservas, jardins botânicos e desenvolver as actividades já existentes neste domínio;
- f) Proteger as espécies em vias de extinção.

5.3.1. Fauna

- a) Inventariar as espécies existentes;
- b) Proteger as espécies em vias de extinção;
- c) Estabelecer áreas de reservas para as espécies em perigo.

5.4. O Meio Fisico Urbano

- a) Elaboração de uma politica global e geral para o sector da habitação;
- b) Incrementação de redes de saneamento em todos os centros urbanos e instalação de sistemas de recolha, tratamento e reciclagem do lixo;
- c) Implementação de medidas visando o controlo da poluição do meio urbano;
- d) Criação de normas para exploração de materiais de construção e implementação das medidas de fiscalização do cumprimento destas normas com o especial ênfase para a remoção de areias das praias e/ou estuários das ribeiras.

5.5. Medidas Institucionais

- a) Criação de uma entidade nacional responsável pela politica ambiental visando fundamentalmente a coordenação das actividades desenvolvidas pelos intervenientes no meio ambiente, a concepção das politicas e legislação consequente de defesa do meio, a fiscalização da implementação destas politicas e a elaboração de programas de informação e formação;
- b) Elaboração de um plano nacional da politica do ambiente;
- c) Promover a protecção do património natural e suas relações com a cultura;
- d) Elaborar e publicar as normas para o ordenamento territorial e planeamento urbano e criar os meios para a sua implementação;

5.6. Objectivos especificos visando a proteccao da saude humana e actividade biologica, do mar e das aguas armazenadas.

- a) Criar normas visando o controlo dos produtos quimicos usados para fins agrícolas ou domésticos e estabelecer os meios e mecanismos para a sua eficaz implementação;
- b) Criar as normas para o controlo de qualidade dos alimentos e estabelecer os meios e mecanismos para a sua implementação;

- c) Controlar a poluição das águas da Zona Económica Exclusiva, das praias e das águas retidas ou armazenadas;
- d) Incrementar a disponibilidade de água para uso humano.

5.7 Gestão Integrada do Meio

- a) Criação de um sistema de banco de dados, cobrindo todos os factores do meio, gerido por um Sistema de Informação Geográfica que conduz a elaboração de produtos visando a concepção de um sistema de gestão da utilização do espaço e sua dinâmica na conservação do meio. Estabelecer uma rede com os mais directos utilizadores e promover a publicação de um catálogo com as informações sobre a natureza e qualidade dos dados disponíveis.